

30ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 30ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Eduardo Gonçalves, membro titular, Ministério Público Federal (MPF); Maria Olívia Personi Junqueira, membro suplente, Ministério Público Federal (MPF); José Edson Maciel, membro titular (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A); Alessandra Ribeiro, membro suplente (Norsk Hydro Brasil); Marcelo Moreno, membro suplente (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – Semas); Juliana Nobre Soares, membro titular (Prefeitura Municipal de Barcarena); Gilvandro Santa Brígida, membro titular, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do Município de Barcarena (Sindquímicos); Mário Santos, membro titular e Vera Lúcia Brito Nascimento, membro suplente (1ª Representação da Sociedade Civil – Comunidades Quilombolas e Tradicionais); Jackeline Sales, membro titular (2ª Representação da Sociedade Civil); Leandro Mendes Azevedo, membro titular e Gracilene Barreto da Costa, membro suplente (Representação 3); Fátima Solange, membro titular e Fabiano Azevedo, membro suplente (4ª Representação da Sociedade Civil); Amauri Figueiredo, membro suplente (5ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Marinho Cardim, membro titular (6ª Representação da Sociedade Civil); James Pompeu, membro suplente (7ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto de Souza, membro titular e Ivo Torres, membro suplente (8ª Representação da Sociedade Civil); e Hamilton José Moreira Caminha, membro suplente (9ª Representação da Sociedade Civil). Também esteve presente, como convidado interno da Hydro, Marcelo Montini (Consultor químico sênior da área de tecnologia da Hydro, membro do Comitê Técnico do TAC pela Norsk Hydro Brasil) e, como convidados externos da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) estiveram presentes: José Mauro Lima Ó de Almeida (Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Semas); Tatilla Brito Pamplona (Procuradora do Estado do Pará); Manoel Serrão (Superintendente de Programas do Funbio); Flávia Neviani (Assessora Jurídica do Funbio); Manoela Muanis (Gerente de Portfólio de Obrigações Legais do Funbio). **Justificaram a ausência:** Rozemiro Gomes Souza de Brito, membro titular (5ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Dias, membro titular (7ª Representação da Sociedade Civil); Vagner Carvalho Ferreira, membro titular e Ereny dos Anjos Barbosa (10ª Representação da Sociedade Civil). Além destes participantes, representando a secretaria executiva do Comitê, estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Raphael Castro, Paulo Vitor Pantoja Dias e Vanessa Silva (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail, expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 17 de maio de 2023, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 28 de março de 2023. Antes do início da pauta, Edane Acioli faz uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Dando início aos trabalhos, é

declarada a abertura da 30ª reunião ordinária do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se ao primeiro ponto de pauta, que, em virtude da presença de convidados externos, foi invertida, iniciando-se com o item: **2) Atualização de itens do TAC 2.1) Apresentação do item 8.13 do TAC - Programa de pesquisa e desenvolvimento de subprodutos da bauxita.** Marcelo Montini recebe a palavra e anuncia que fará uma apresentação com o objetivo de atualizar o andamento da Pesquisa e Desenvolvimento para utilização de resíduos da Bauxita, que faz referência ao item 8.13 do TAC. Marcelo explica sobre a sua atuação como consultor químico responsável pelo referido programa de pesquisa e destaca, em sua apresentação, um trecho do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), onde é previsto que as empresas Hydro e Alunorte têm a obrigação de elaborar um programa de pesquisa que envolva, direta ou indiretamente, instituições, organismos, universidades e demais setores de pesquisa atuantes e do Estado alinhado com a Política de Inovação Tecnológica do Estado do Pará, tendo em vista a necessidade, a destinação final dos resíduos e a superação do estado da arte, levando em consideração as pesquisas já desenvolvidas e existentes na base do licenciamento. Marcelo Montini informa que o item 8.13 também prevê a entrega de seis relatórios ao longo do prazo estabelecido, que é de três anos a partir da assinatura do contrato, sendo: quatro relatórios parciais, um relatório preliminar e um relatório final, que foi entregue em no mês de setembro de 2021¹. O programa tem como proposta a continuidade das pesquisas e possui um portfólio variado de pesquisa dentro do estado da arte, no Brasil e no mundo, objetivando maior chance de sucesso dentro do programa, todas considerando um reaproveitamento significativo do resíduo de bauxita no futuro. Um dos critérios usados para selecionar as instituições e grupos de pesquisa, visando parcerias, foi o destaque nacional e internacional no tema de aplicação, além de possuírem reconhecimento como especialistas em temas ligados ao reaproveitamento do resíduo de bauxita, possuindo, por fim, excelentes estruturas em seus laboratórios e recursos humanos especializados. Marcelo Montini **destaca 3 pontos norteadores da pesquisa**, são eles: **Viabilidade técnica; Segurança para o meio ambiente; Cumprimento das regulamentações técnicas e ambientais** em todo o seu desenvolvimento. A metodologia utilizada durante a etapa de pesquisa e desenvolvimento, fase que acontece após o conceito do produto estar totalmente desenvolvido e provado em uma escala pequena, a partir desse ponto, foi iniciada uma fase que se aproxima da implementação real, através de testes piloto e do desenvolvimento de protótipos, até a fase de testes industriais, onde se confirma a eficácia da tecnologia desenvolvida. Outro ponto importante é onde as instituições e grupos de pesquisa são identificados e as parcerias são estabelecidas, dentro do Estado se destacaram a **Universidade Federal do Pará (UFPA)** e o **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)**. A **Universidade de São Paulo (USP)** foi identificada, fora do Pará, como instituição com destaque no tema de pesquisa, além de empresas nacionais e internacionais, como a **Votorantim Cimentos** e **Wave Aluminium**, respectivamente, que desenvolvem tecnologias que podem englobar o reaproveitamento

¹ Relatório final do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento para utilização de Resíduo de Bauxita disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2021/Relatorio_item_8.13_TAC_Hydro_programa_pesquisa_desenvolvimento_utilizacao_residuo_bauxita-setembro.2021.pdf/

do resíduo de bauxita. Marcelo Montini passa ao ponto de apresentação dos **produtos e segmentos** que essas pesquisas desenvolvem. Montini explica que no ramo da **Metalurgia**, o conjunto de técnicas que permitem a extração de metais, manipulação de metais e geração de ligas metálicas é chamada de **Siderurgia**, essa técnica é o foco da pesquisa desenvolvida pela Wave Aluminium, que, em breve, alcançará o seu segundo ano de desenvolvimento e execução, que acontece em seu centro de pesquisa situado no estado do Rio de Janeiro, onde vários testes piloto já foram realizados com bons resultados na conversão do ferro presente no resíduo de bauxita em ferro metálico. Marcelo destaca que, com o sucesso na realização dos testes piloto, a Hydro assinou um acordo com a Wave Aluminium para a **construção de uma planta industrial** com capacidade de tratar 50.000 toneladas por ano de resíduo de bauxita, com previsão de iniciar suas operações em 2024, sendo a primeira planta industrial do mundo direcionada a esse segmento. No segmento de **Construção Civil**, na área de fabricação de cimento, existem alguns produtos: o **Clínquer**, que é o principal componente presente na composição do cimento, a pesquisa desenvolvida pela **Votorantim Cimentos** utiliza, no processo de fabricação, uma parte do resíduo de bauxita como fonte de alumínio, a pesquisa já está na etapa de testes industriais em uma escala de 20.000 toneladas, após os testes se buscará a implementação em escala real. A **UFPA** desenvolve as pesquisas voltadas à fabricação de **Cimento de Baixo Carbono**, feito a partir da mistura do resíduo de bauxita em relação a materiais normalmente já utilizados. Montini diz que, como resultado, se obteve um cimento que emite 30% menos CO₂ durante a sua fabricação, que atendeu as exigências das normas técnicas brasileiras em relação à qualidade e durabilidade, atualmente se discute a realização de uma etapa de protótipo. O **Agregado** é outro produto feito a partir da substituição de matérias primas, como brita e seixo, por resíduo de bauxita durante a fabricação do agregado graúdo que será utilizado na mistura de agregado com cimento para fabricar concreto. A fase de protótipo utilizou oito toneladas de resíduo e peças reais, como lajes e pilares, que foram construídos utilizando esse concreto, que atendeu todas as especificações técnicas para agregado e concreto, considerando os padrões de qualidade e durabilidade, e, atualmente se avalia a realização de um projeto piloto. A **USP** desenvolveu, como produto, a fabricação de **Componentes Cimentícios** que, atualmente, possuem produção diária na Alunorte, na forma de pisos sextavados de concreto, na escala de até 2.000 pisos fabricados por dia, com uma área de 6.000 metros quadrados de área interna da empresa pavimentada, também já foram fabricadas 450 unidades de defensas de concreto, ambos produtos possuem alta qualidade e durabilidade, além da USP, participam da parceria a concreteira Polimix Concreto e a Ômega Engenharia. Por fim, na área da **agricultura**, o Instituto SENAI de Inovação desenvolve uma pesquisa para a fabricação de um **Condicionador de Solo** a partir da mistura tratada de resíduo de bauxita com resíduos agrícolas, como a biomassa de dendê, utilizando a compostagem junto a técnicas de manejo de microrganismos que transformam a mistura em um condicionador de solo, que poderá substituir o uso de calcário e outros fertilizantes. Os testes estão sendo realizados através da comparação do crescimento de plantas com condicionantes de solos convencionais, onde se registrou que, tanto a taxa de crescimento quanto outros parâmetros associados ao desenvolvimento das plantas se mantiveram em níveis iguais, foram feitos testes de lixiviação, simulando os índices pluviométricos de

Barcarena e, após coleta e análise de todos os componentes da água que foi produto dessa lixiviação, todos permaneceram dentro dos padrões de segurança. O condicionante está sob avaliação através do uso escalonado nos testes que estão sendo monitorados, atualmente se avalia a possibilidade que o produto avance para uma etapa piloto. Marcelo Montini conclui a sua apresentação destacando o rigor das análises, no quesito segurança para o meio ambiente, durante todas as etapas do desenvolvimento dos produtos, e informando que os produtos como **clínquer, os pisos sextavados e a implantação da planta para fabricação de ferro metálico** já são consideradas na escala real, e os produtos que estão em processo de escalonamento são o **condicionador de solo, o agregado e o cimento de baixo carbono**. Gilvandro Santa Brígida pede a palavra e pergunta sobre qual é o teor de soda caustica que está presente nos resíduos que estão sendo usados nas diversas pesquisas. Marcelo Montini responde que, após o tratamento com o filtro prensa, a quantidade de soda caustica presente no resíduo é de menos de 1% e destaca que, para cada tipo de aplicação é utilizado um tratamento específico, de modo que o resíduo seja seguro para todos os tipos de aplicação para o qual ele será destinado. Gilvandro pergunta se o resíduo utilizado nas diversas pesquisas é somente do DRS 2. Montini responde que sim, que o resíduo utilizado é retirado de pilhas intermediárias antes de serem depositadas no DRS 2, após o tratamento feito através do filtro prensa. Mário Santos faz algumas perguntas ao pesquisador: As empresas que estão participando da pesquisa farão a implementação dos produtos? Qual é a viabilidade dos projetos, eles têm valor de mercado e quanto foi investido nessas pesquisas? Marcelo Montini responde que as empresas como a Wave Aluminium e a Votorantim já estão implementando conjuntamente com a equipe da Hydro. A escolha das pesquisas que desenvolveriam esses produtos foi pensada a partir do entendimento de que existe um potencial de mercado no estado do Pará e na região de Barcarena. O montante investido nas pesquisas, até o momento, é de aproximadamente 10 milhões de reais. Mário Santos pergunta se existe um prazo para que os projetos que estão na fase de protótipo, avancem para a fase piloto, e se existe um prazo para a produção em larga escala. Marcelo Montini destaca que os produtos citados, como a produção de clínquer e pisos sextavados de concreto, já estão sendo fabricados em escala industrial, para o ano de 2024 se espera a construção da planta industrial que irá tratar, através da siderurgia, 50.000 toneladas de resíduos de bauxita por ano, além disso, todas as pesquisas possuem o foco de implementação em escala real dentro dos menores prazos possíveis, mas que, toda a equipe envolvida permanece atenta aos parâmetros de controle de qualidade e segurança durante o desenvolvimentos dos produtos e através de cada fase de implementação. Vera Nascimento pergunta se é possível que os membros do CA visitem as instalações de pesquisa que estão sendo implementadas. Marcelo Montini responde que existe uma planta de produção de componentes cimentícios na Alunorte, e que seria viável agendar uma visita técnica junto aos membros do CA. Jackeline Sales registra no chat uma série de perguntas que são lidas por Edane Acioli, são elas: A equipe de pesquisa da Hydro já conseguiu isolar os metais pesados do resíduo de bauxita? Algum dos produtos já foi vendido? No caso de não terem sido vendidos, onde ficam estocados? Por que o resíduo do DRS 1 não está sendo utilizado? Montini responde que o resíduo de bauxita, naturalmente, não possui grandes quantidades de metais pesados e que cada produto

possui uma quantidade específica de resíduo em sua mistura, que passa por um tratamento alinhado ao produto no qual ele será incorporado, esse tratamento diminui ainda mais o índice de metais pesados no resíduo. O foco atual das pesquisas não é a comercialização, ainda se está na fase de escalonamento e aplicação em escala industrial. Os materiais ficam estocados em galpões, onde se adotam todos os critérios de segurança à equipe que os opera e ao meio ambiente. No momento, o foco está no uso do resíduo que está sendo gerado, por uma questão de facilidade na obtenção do resíduo como matéria prima para as diversas pesquisas. O resíduo que está depositado no DRS 1 pode ter mudanças na sua composição pelo tempo em que ele está estocado, dessa forma, é mais viável retirar o material enquanto ele ainda está em pilhas intermediárias, após o seu tratamento com o filtro prensa e antes de ser depositado no DRS 2. Jackeline pergunta se a Hydro pretende solicitar aos órgãos responsáveis a liberação para comercialização dos produtos desenvolvidos na pesquisa. Montini responde que, para que a pesquisa pudesse avançar para a fase de testes industriais, é necessário ter a autorização da Semas, dessa forma, todos os produtos que estão em fase de escalonamento, também devem seguir o mesmo fluxo, junto à Semas, para a sua liberação em testes industriais. Jackeline pergunta quais foram os passos tomados a partir da entrega do relatório final e se nesse relatório foram descritas as características que atestam a seguridade dos produtos. Montini explica que cada produto passa por uma análise de viabilidade e segurança de forma contínua, conforme se faz o escalonamento nos testes de produção dos produtos, cada avaliação tem um relatório específico, já que cada produto tem características diferentes de desenvolvimento e aplicação. Montini conclui afirmando que os próximos passos estão focados no avanço das etapas de avaliação e escalonamento, para que se inicie a fase de produção industrial, levando em consideração em que fase cada um dos produtos se encontra, o objetivo é que todos os produtos sejam produzidos em escala industrial, que é o patamar mais bem-sucedido da pesquisa. Elisomar Barreto pergunta se é possível esperar que esses produtos que estão sendo desenvolvidos tenham preços competitivos aos produtos similares que estão, atualmente, presentes no mercado. Marcelo Montini afirma que sim, é esperado que os produtos possam até possuir uma certa vantagem em relação aos convencionais, em razão do uso de matéria prima alternativa às normalmente usadas. Fátima Solange diz esperar que os produtos possam ter um valor acessível para a população de baixa renda. Marcelo Montini diz que o conceito de economia circular é utilizado quando se pensou nos produtos que a pesquisa desenvolve, o fato de se usar uma matéria prima como o resíduo de bauxita, evita que outras matérias primas sejam retiradas da natureza, preservando aquela área que poderia ser destinada à extração de matéria prima, como o leito dos rios, e que a cadeia produtiva gerada a partir desses produtos mude, de forma positiva, o fator econômico para os consumidores. Elisomar Barreto pergunta se a Hydro pretende apresentar presencialmente os projetos ao CA. Montini afirma que possui disponibilidade e se coloca à disposição, sendo necessário somente alinhamento entre os membros do CA sobre a agenda. Ivo Torres pergunta se será gerado crédito de carbono à Hydro quando os projetos estiverem prontos. Montini explica que as tratativas relativas aos créditos de carbono ainda não estão sendo consideradas nas análises feita pela equipe da Hydro, sem descartar a sua viabilidade no futuro. Edson Maciel pede a palavra e diz que é possível realizar uma visita técnica à planta

de produção que está na Alunorte, e que fará a articulação interna para que promover essa visita, interagindo com a secretaria executiva nessa agenda com os membros. **O que fica registrado como encaminhamento.** James Pompeu pede mais detalhamento sobre o processo de pesquisa para extrair o ferro presente no resíduo de bauxita. Marcelo Montini explica que essa pesquisa é, atualmente, desenvolvida pela Wave Aluminium, que utiliza uma técnica, de patente própria, com micro-ondas para produzir ferro metálico a partir do resíduo de bauxita, o que poderá ser utilizada para a criação de ligas metálicas ou diretamente como ferro metálico. Jackeline Sales solicita que a secretaria executiva verifique a possibilidade de enviar um convite para que o membro do Comitê Técnico, Cléber Silva, participe de uma capacitação com os membros da sociedade civil para analisar, em detalhes, o relatório final do programa de pesquisa e desenvolvimento para a utilização do resíduo de bauxita. **O que fica registrado como encaminhamento.** Marcelo Montini agradece a todos e encerra a sua participação. Edane Acioli anuncia o próximo ponto de pauta **1) Temas ordinários: 1.1) Aprovação da ATA da 29ª Reunião (28.03.2023).** Não havendo manifestações dos membros presentes, a ata da 29ª reunião do CA é considerada aprovada. Enquanto os presentes aguardam os convidados da Semas, passa-se ao ponto **3) Pauta e data da próxima reunião.** Mário sugere que os temas tratados sejam os itens: **2.1.1 A (Estudo Socioeconômico e Etnográfico)** e o item **2.1.1 BDEF (Estudos Ambientais).** Fica acordado que os membros farão a confirmação do tema da 31ª reunião do CA, agendada para o dia 25 de julho de 2023, via e-mail. Edane anuncia o próximo ponto de pauta **2) Atualização de itens do TAC 2.2) Atualização sobre o plano de aplicação das multas pagas ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema).** Edane relembra que, durante a última reunião não houve tempo para que as dúvidas levantadas pelos membros pudessem ser respondidas, seguindo a orientação da convidada Tatilla Pamplona, a secretaria executiva enviou ofício à Semas para que prestasse maiores esclarecimentos aos membros do CA na presente reunião. Nesse momento, o Secretário da Semas, Mauro O' de Almeida recebe a palavra e inicia dizendo que a estrutura de manutenção do recurso depositado no Fema não permite que ele seja executado de forma ágil, o próprio CA esteve atuando no levantamento de demandas das comunidades que fazem parte da área de abrangência prevista no TAC, na modalidade em que se estava discutindo, com criação de edital público para que uma entidade pudesse gerenciar parte do recurso, mas isso acarretaria em mais tempo de espera para a execução do recurso, dessa forma, Mauro O' de Almeida avalia que, transferir esse recurso para o Fundo da Amazônia Oriental (FAO) daria a celeridade necessária para a execução dos recursos em projetos das comunidades. Mauro O' de Almeida frisa que o FAO possui um comitê gestor híbrido, sendo, dessa forma, público e privado, tendo representantes da sociedade civil, do governo do estado, entre outros, e é gerenciado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), que será apresentado, de forma geral, por Manoel Serrão, Superintendente de Programas do Funbio. O Secretário destaca que o FAO é um mecanismo seguro, que abrirá uma conta específica para implementar os recursos oriundos do TAC e de acordo com o que está previsto no mesmo. Mauro O' de Almeida conclui dizendo que a partir da aceitação da transferência dos recursos para o FAO, pelos Ministérios Públicos, se objetivará a plena execução dos recursos no período mais breve possível. Manoel Serrão recebe a palavra e inicia uma apresentação sobre o FAO.

Explicando que, em 2019, o Governo do Estado do Pará cria o FAO, um mecanismo privado, com finalidade pública, para apoiar, com recursos privados, iniciativas que viabilizem a neutralidade climática do estado do Pará no setor “Mudanças de Uso da Terra e de Florestas”, até 2036. O FAO é pautado em colaborações privadas, nacionais e internacionais, para fortalecer políticas públicas e iniciativas locais de sustentabilidade vindas da sociedade civil, com o objetivo de apoiar projetos que visem a conservação ambiental, produção sustentável, desenvolvimento territorial e participação social. A relação do Funbio com o FAO tem início em 2021, através do lançamento, pela Semas, de um edital público para a contratação de uma entidade que fizesse a gestão do FAO. Manoel destaca que houve três fases de avaliadas pela comissão nomeada, com cinco concorrentes habilitados, do qual o Funbio foi o vencedor. Manoel Serrão explica que o Funbio é uma organização da sociedade civil privada, sem fins lucrativos, criada em 1996, a partir de recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e por iniciativa do governo federal para apoiar a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica. Relata que, desde a sua criação, o Funbio já atuou com parceiros como: KfW, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com agências internacionais, sendo a única instituição da sociedade civil credenciada como agência implementadora do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e Fundo Verde do Clima (GCF)² no hemisfério sul. Manoel estima que, atualmente, o Funbio já apoiou em torno de 450 a 500 projetos, com estimativa de 250 projetos em execução, e, em 2023, o Funbio já está lançando a 6ª chamada de projetos, com previsão de 8 chamadas de projeto para o corrente ano e com 54 chamadas de projetos ao total ao longo de 26 anos de atividades. Manoel destaca que os editais são estruturados para receber propostas de diferentes naturezas, de diferentes tamanhos, com diferentes recortes geográficos, dos mais diversos tipos de instituições, desde as pequenas, até médias e grandes, e de diferentes naturezas, como instituições quilombolas e indígenas, neste ponto, Manoel frisa o apoio do Funbio em 66 terras indígenas, com estimativa de 100 projetos apoios atualmente. Na área de Unidades de Conservação, o Funbio já apoiou mais de 400 e já trabalhou com quase 100 financiadores. Manoel afirma que, outro aspecto muito importante ao Funbio é a transparência, sendo auditado desde a sua criação, em 1996, e com a instalação de auditoria interna no ano de 2013, quando se inicia o processo de credenciamento junto ao GEF. A auditoria interna acompanha os processos que remetem diretamente ao conselho deliberativo do Funbio, estando todos os relatórios de auditoria disponíveis no site, sendo estes arquivos públicos. As políticas de salvaguardas socioambientais são outro destaque, que foram adotadas em 2018, a partir da Corporação Financeira Internacional, que é uma instituição do grupo Banco Mundial, que atua no fortalecimento do setor privado nos países em desenvolvimento. Por fim, Manuel destaca a adoção das políticas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e a política de integração de gênero, que também são implementadas às atividades do Funbio. Retomando ao tema FAO, Manoel prossegue apresentando a sua estrutura de governança, que é dividido em três níveis: O primeiro nível é o **estratégico**, onde estão presentes os doadores, especialistas consultores e o seu Conselho Gestor (CGFAO), órgão máximo da sua administração, no nível **tático** atuam o

² A sigla GCF é oriunda do nome inglês Green Climate Fund, sendo este um fundo internacional.

Funbio e a Semas, garantindo a operação tática desse fundo, dessa forma, a execução acontece no nível **operacional** através do Funbio, que é a secretaria executiva, sempre com a orientação e o suporte da Semas em diferentes níveis de execução de projetos. Manoel destaca que as chamadas de projetos são sempre contextualizadas ao público, e o nível de complexidade da chamada é correspondente ao volume de recursos repassados e a capacidade de gestão desse público, desde organizações pequenas, até as maiores, tudo acontece de acordo com o **Manual Operacional de Projetos (MOP)**, que é o documento norteador da atuação do FAO no escopo da sua atuação. O manual operacional orienta todas as ações do FAO e pode ser adequado, desde que aprovado em comum acordo pela Semas e pelo seu conselho gestor, todas as atividades executadas pelo FAO estão disponíveis em seu site³, em dois idiomas, e podem ser consultadas e receber comentários e críticas. Manoel Serrão explica que o FAO tem como objetivo viabilizar a adoção de medidas que impliquem na **redução do desmatamento ilegal e de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no território paraense e/ou para o cumprimento de metas previstas nas políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Estado do Pará**, que estão consolidadas no Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). O FAO apoia, atualmente, 15 eixos, sendo 3 deles priorizados pelo CGFAO, considerando a necessidade de maior captação de recurso para o fundo, cada um desses eixos possui um direcionamento em ações específicas, são eles: **Recuperação de áreas degradadas e o incremento dos estoques florestais**, com foco na recuperação produtiva dos territórios; **Promoção de atividades e cadeias econômicas sustentáveis pautadas no uso e aproveitamento dos recursos naturais**, focada na **Bioeconomia** e **Fortalecimento dos instrumentos de gestão ambiental integrada**, objetivando o ordenamento fundiário, ambiental e sanitário para a produção sustentável. Manoel conclui a sua apresentação, frisando que o FAO já captou, aproximadamente, 31 milhões de reais, tendo recebido 24 milhões para implementação, que geraram mais de 800 mil reais em rendimentos. Iniciando o debate, Mário Santos faz algumas perguntas: Caso o recurso seja repassado para o FAO, ele será destinado para uma conta específica e destinada à aplicação de acordo com o TAC? Qual é a parcela de participação deste Comitê de Acompanhamento na aplicação desse recurso? O FAO e Funbio pretendem aplicar aquilo que já foi construído durante os debates sobre o tema nas reuniões do CA? Haverá uma linha de projetos específicos para as comunidades tradicionais e quilombolas? Mauro O' de Almeida responde, inicialmente confirmando que o recurso irá para uma conta específica, que agrupará todo o valor do recurso transferido, mas também, sendo destinadas a contas menores de acordo com cada projeto aprovado. O CA deverá continuar acompanhando a aplicação dos recursos, sem nenhum impedimento. O eixo específico para as comunidades tradicionais e remanescente de quilombo poderá ser apresentado conforme a sua demanda e problemáticas específicas. Por fim, Mauro O' de Almeida garante que o FAO e Funbio irão atuar de acordo com o que já foi construído e pautado pelo CA e pelo comitê gestor que estava construindo o Plano de Aplicação para os valores das multas, com o auxílio do FAO e do Funbio, reforça que será implementado de forma mais breve possível. Manoel Serrão confirma que a gestão privada do recurso é

³ www.fundoamazoniaoriental.org.br.

norteada pelas normas nacionais e internacionais previamente apresentadas, o que garante a transparência e a agilidade na execução do processo, reforça que o Funbio terá uma equipe dedicada à implementação do recurso em colaboração com as comunidades e com o CA na inclusão das ideias que já foram construídas coletivamente dentro no manual de operações do FAO, garantindo que esse processo de decisão seja público e com isso transparente. Fabiano Azevedo faz algumas perguntas: Para o Estado, qual é a diferença do recurso das multas estar dentro do Fema ou do FAO? A ONU fará alguma doação para o FAO? De onde virá o recurso que custeará as despesas das várias partes do processo, como os processos de chamamento público, de elaboração de edital ou de editais, a mobilização das comunidades, o assessoramento técnico, entre outros? Fabiano afirma que é preciso que o Governo do Estado garanta a participação do CA em todo esse processo, inclusive com a participação de membros da sociedade civil na elaboração dos editais previstos. Mauro O' de Almeida responde que, em relação à diferença entre os fundos é que o Fema tem uma estrutura de execução mais burocrática que o FAO, em razão das suas características oriundas de um fundo público, reforçando que o FAO já executou um valor considerável, em relação ao valor inicial depositado no Fema, a partir do TAC. Responde também que, não há previsão de que a ONU faça alguma doação ao FAO. O próprio recurso deverá custear as despesas dos processos administrativos previstos na execução dos projetos comunitários. Mauro O' de Almeida reforça que nesse momento é importante que seja definido o instrumental de aplicação desse recurso diretamente nas comunidades previstas, algo que não está bem definido no próprio TAC. Mauro O' de Almeida afirma que é previsto a elaboração de relatório que deverá estar em domínio público, e sobre o CA estar atuando diretamente na implementação do TAC, reforça que esse papel deverá ser mantido para o acompanhamento do recurso que será executado pelo FAO, junto aos Ministérios Públicos, que também deverão ser acionados no caso do não cumprimento adequado no uso do recurso que será destinado ao FAO. Manoel Serrão dá destaque à execução de 6 TAC's, atualmente, que, se somados, chegam à ordem de 400 milhões de reais, com execução em estágios diferentes, afirmando experiência do Funbio. Manoel reforça que a prioridade inicial será dialogar com os membros do CA e das comunidades prevista no TAC para, eventualmente, ajustar a execução do recurso de acordo com o perfil de cada projeto apresentado, desde que estes estejam em alinhamento com o estatuto do Funbio, dentro das políticas de salvaguardas apresentadas inicialmente. Ivo Torres frisa que os editais ao serem lançados com exigências complexas para as comunidades, exclui muitas comunidades, pois nem todas têm a expertise de formular projetos para esses editais, por serem comunidades ribeirinhas, agricultores, pescadores e outros povos. Manoel Serrão afirma que é somente necessário que as comunidades atentem para os temas de seus projetos, que devem ser alinhados para fins sociais e ambientais e que as exigências serão readequadas à realidade. Jackeline Sales pede a palavra e reflete sobre o tempo de espera para a execução do recurso que está no Fema, em virtude de o quadro de funcionários da Semas não ser suficiente para o tratamento dos diversos trâmites que envolvem a execução do recurso, frisando que as comunidades já tiveram experiências positivas em outros processos, em que houve capacitação para a realização de projetos, diálogos dentro das comunidades, construindo o edital a partir da fala dos atores envolvidos diretamente na construção do edital de chamamento de projetos.

Jackeline afirma que a presença do Secretário da Semas na reunião alinha alguns entendimentos sobre a execução do recurso, mas que, diante de todos os diálogos pretéritos sobre o tema, que mudou bruscamente durante as últimas participações da Semas nas reuniões do CA, é necessário que se entenda melhor sobre a atuação do FAO e do Funbio na implementação de recursos e execução de projetos, pois, tudo estava sendo construído de forma coletiva, com isso, a proposta inicial de lançamento de um edital público para a gestão dos recursos, onde outras entidades pudessem participar, traria a transparência necessária para as comunidades de Barcarena. Jackeline conclui dizendo que alguns itens do TAC, precisaram de mais tempo para serem melhor revisados e ajustados, após considerações dos membros da sociedade civil do TAC, que trouxeram melhorias para a implementação das ações do TAC, tornando suas execuções mais assertivas e ágeis. Mauro O” de Almeida afirma que, para a implementação atual do recurso, o caminho administrativo e legal mais adequado é através do FAO, garantindo que é possível que haja um processo de capacitação anterior ao lançamento do edital para que as comunidades possam ter mais facilidade na construção dos seus projetos, essas e outras demandas poderão ser atendidas pelo FAO. Manoel Serrão complementa dizendo que o Funbio aplica uma **ferramenta chamada de “apreciação institucional”**, em que é pedido à organização para que ela informe parâmetros como: quantidade de dinheiro gerido, sua forma de organização, mostrando quais são os aspectos que precisam ser melhorados, dessa forma, o Funbio trabalha, junto com essa organização e ao longo da implementação do projeto para que as comunidades contornem essas questões, há outras experiências também, em que o Funbio realizou oficinas de elaboração de projetos, junto com as comunidades, sempre com o objetivo de melhorar a elaboração e execução dos projetos. Gilvandro Santa Brígida afirma que a atuação da Semas ao longo do processo e a sua atual condução, na aplicação dos recursos pode gerar uma desconfiança nas comunidades de Barcarena, sendo a construção coletiva uma importante ação para garantir a transparência do tema. Mauro O” de Almeida reitera que, administrativamente, há maior facilidade na implementação dos recursos através do FAO, a sociedade civil ganhará com a maior agilidade no processo, e todas as suas demandas serão ouvidas e avaliadas pela equipe do Funbio, que tem vários instrumentais para a condução dessa fase. Mário Santos solicita que o Secretário O” de Almeida possa alinhar uma agenda junto ao comitê gestor do Plano de Aplicação dos recursos, para que se reflita sobre o tema e se avalie qual seria o plano de trabalho que o Funbio desenvolverá para implementar o recurso. Mário conclui dizendo que é necessário melhorar a comunicação entre os membros da Semas, que atuam no CA, e o Secretário Mauro O” de Almeida, sendo prevista o aconselhamento nos processos que envolvam o cumprimento do TAC pelos seus membros do Comitê de Acompanhamento, e que este está à disposição para dialogar de forma mais aprofundada com a equipe do Funbio. A procuradora da República Maria Olívia Junqueira pede a palavra e explica que o ponto importante no debate ainda é sobre a descentralização do recurso que hoje está no Fema, fazendo a transferência para um fundo que possua uma forma de gestão diferente e menos burocrática que o Fema, nesse contexto, o FAO apresenta essas características e tem sua gestão executada pela Funbio, após este vencer o certame público em 2021, podendo até mesmo subcontratar entidades para implementar a aplicação do recurso. A transferência do recurso para o FAO

necessitará de um instrumento jurídico ainda não definido, em que se definirá, de forma assegurada, tópicos como a garantia da participação popular na definição das linhas de atuação do edital e todas as outras ações pertinentes que sigam as demandas viáveis da sociedade civil, amparada no TAC, o que havia sido explanada pela procuradora do Estado Fernanda Sequeira, em outra reunião do Comitê, seria uma forma atípica de condução de aplicação de recurso de um fundo com as características do Fema. Maria Olívia ressalta a previsão de destinação de parte do recurso para que as próprias comunidades executem, alinhada às experiências pretéritas e positivas das comunidades de Barcarena e as previstas em Abaetetuba. Maria Olívia conclui, afirmando que recomenda a possibilidade de capacitação e qualificação prévia ao lançamento do edital de chamamento para que as comunidades possam apresentar seus projetos e que esse documento ainda será construído, após as devidas explicações ao CA, a partir disso, esses documentos vão ser construídos para assegurar a transparência e a participação da sociedade civil, além de garantir que o trabalho construído ao longo do tempo de debate pelo CA e comitê gestor do plano de aplicação sejam contemplados no instrumental de transferência. Amauri Figueiredo pede a palavra e diz que o processo precisa ser publicizado dentro das comunidades, através de reuniões ou outras formas viáveis, sendo necessário que todas as comunidades estejam bem-informadas sobre a execução do recurso e implementação dos projetos, destacando que ações de capacitação e auxílio na elaboração dos projetos é igualmente importante para as comunidades. Elidiane Cardim destaca a necessidade de relembrar os critérios que foram previamente estabelecidos durante os debates para a construção do plano de aplicação pelo comitê gestor e pelo CA do TAC, pois é importante que seja garantido o cumprimento dos critérios que foram elaborados de forma coletiva durante as diversas discussões sobre o tema. Vera Nascimento solicita que o Funbio possa participar de outra agenda com os membros do CA para trazer, de forma mais detalhada, a sua atuação como instituição e gestora do FAO. **A solicitação fica registrada em ata como encaminhamento.** Manoel Serrão se coloca à disposição para que outra agenda de nivelamento com o CA seja alinhada com a participação da equipe do Funbio. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17h59, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.